



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

ATA DE REUNIÃO N° 09/2022

Local: Sala de reunião 3 - 2º andar da Secretaria Estadual de Meio Ambiente- SEMA

Data: 18 de agosto de 2022.

Hora: 9h às 11h30

NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	ENTRADA	SAÍDA	FUNÇÃO
Glauce Tavares Monteiro	ASSCOL/SEMA	18/08/2022 09h00		Assessoria de Colegiados
Eduardo Rizzo Guimarães	SEPROR	18/08/2022 09h32		Membro
Rubens Bentes da Silva	CREA/AM	18/08/2022 09h00		Membro
Maria da Glória M. Gonçalves	UEA	18/08/2022 08h30		Membro
Sheron Torres de Macedo	SEPROR	18/08/2022 09h32		Convidada
David Hernandez oliveira	SEMA	18/08/2022 09h00		Convidado
Kátia Viana Cavalcante	UFAM	18/08/2022 09h12		Membro

DELIBERAÇÃO DO DIA

Pauta: Análise de Projeto Submetido ao FEMA intitulado “Prevenção e combate ao desmatamento e queimadas no município de Lábrea” e Análise da proposta de alteração do Regimento do FEMA (Resolução N° 31). O coordenador da câmara técnica, **Eduardo Rizzo (SEPROR)** iniciou a reunião saudando a todos, disse que a o Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) vem recebendo projetos das mais variadas temáticas e com valores variando de 60.000,00 (sessenta mil) a 2.000.000,00 (dois milhões) por isso, resolve verificar na resolução elementos quanto aos valores para que assim possa se respaldar e avaliar melhor os projetos recebidos pelo FEMA. Propôs aos membros pontuar os itens mais importantes para resolução e em seguida encaminhar ao jurídico para verificação, em sua opinião seria um trabalho prático para desenvolver. Na oportunidade, **A Secretária Executiva da SEMA, Luzia Raquel Said** informou que, como solicitado pelos membros a presença de um representante jurídico, convidou então o doutor David que é advogado e possui mais de trinta anos de experiência na gestão pública, podendo contribuir na questão da resolução ou qualquer alteração a ser feita nela. Em seguida destacou dois pontos importantes a serem discutidos, o alto valor dos projetos que o FEMA vem recebendo e também sobre o tempo de execução deles, devido as burocracias que existem para





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

formular documentos e outros processos, acredita que 1(um) ano é pouco para execução. Exemplificou falando do projeto de adaptação da Assessoria de Colegiados que foi submetido ao FEMA, disse que, quando submeteu o projeto ao FEMA foram realizados 3(três) orçamentos, mas quando foram executar, os valores das cotações já eram outros, então teve que ser readaptado e submetido a análise outra vez. Fez também uma observação para a porcentagem de contrapartida da prefeitura e estado, disse que de acordo com a Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO, a porcentagem varia de acordo com a quantidade de habitantes, até 50.000 (cinquenta mil) a porcentagem de contrapartida é de 0,5 a 2% do valor global do projeto, acima de 50.000 (cinquenta mil) é 2 a 4% do valor. Com a palavra **O coordenador da câmara técnica, Eduardo Rizzo (SEPROR)** enfatizou sobre pontuar os itens mais importantes pra colocar na minuta do regimento e talvez na próxima reunião inserir mais alguns pontos para que o regimento fique mais claro para o que precisa. Falou que um dos itens é o prazo do projeto. Neste momento **A conselheira Maria da Glória (UEA)** sugeriu a alteração do prazo para três anos. **A conselheira Kátia Viana (UFAM)** sugeriu colocar no regimento e que pudesse ser elaborado editais de curto e longo prazo, dependendo do valor do projeto. Logo após, **A Secretária Executiva da SEMA, Luzia Raquel Said** informou aos conselheiros que a SEMA está trabalhando para elaborar uma proposta de edital, logo será submetido a CTAP e posteriormente ao CEMAAM pois, está sendo cobrada pelo Ministério Público de Contas em relação a atualização dos planos de gestão dos resíduos sólidos nos municípios por isso, o Secretário Eduardo solicitou que a área técnica da SEMA elaborasse este edital para o FEMA.

partindo para a análise e aprovação do calendário de reuniões desta CT, cuja programação foi elaborada visando o cumprimento das demandas existentes. O conselheiro Henrique Pereira (UFAM), sugeriu que as reuniões sejam agendadas via *Google Calendar*, para que automaticamente a data fique marcada na agenda de cada um dos membros. Em seguida o coordenador perguntou se algum membro teria alguma objeção à aprovação do calendário. Em não havendo manifestações contrárias, o calendário foi **aprovado**, juntamente com a sugestão de utilização da ferramenta *Google Calendar*. Em seguida partiu para o próximo item de pauta, que seria a elaboração de edital para a submissão de projetos ao Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA. **O conselheiro Henrique Pereira (UFAM)**, perguntou o que de fato será discutido dentro da câmara, e se é de sua competência a elaboração de uma minuta de resolução ao CEMAAM que trate sobre a normalização da dinâmica de chamadas do FEMA, pois ao seu ver, o mais simples de ser feito no momento seria a realização de melhorias no formulário do Plano de Trabalho de submissão de projetos ao FEMA. A assessora dos Colegiados, Glauce Tavares,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

respondeu que dentro das atribuições desta CT está a competência para deliberar sobre questões de editais, tem previsão para elaborar alterações na resolução do CEMAAM, e se preferirem, podem elaborar uma minuta de edital específica, e cada material produzido dentro desta CT, passaria pela análise da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos antes de ir para deliberação na plenária do CEMAAM. O conselheiro Israel Dourado (CRBio-06) comentou que na sua opinião não deveriam elaborar um edital e sim adequar os parâmetros para projetos de pequeno, médio e grande porte, e nisso adequar temas e valores, estipulando um teto máximo para grandes projetos. A conselheira Maria da Glória (UEA) concordou com a definição de parâmetros e sugeriu que façam uma reunião para proporem um edital, com a participação de alguém da área jurídica para auxiliar nessa elaboração e também sugeriu que o formulário do Plano de Trabalho seja reformulado e se torne mais acessível, e que essa reunião seja feita de maneira presencial. **A assessora dos Colegiados, Glauce Tavares**, concordou com a realização das reuniões presenciais e disse que irá convidar a assessoria jurídica para participar das reuniões, inclusive a secretária executiva da SEMA, Raquel Said irá participar dessas reuniões. Sobre o formulário, informou que elaborou um modelo que segue o padrão do SISCONV, e colocou para apreciação dos membros da CT. O coordenador pontuou que as manifestações estão se encaminhando mais para a adequação da resolução para a submissão de projetos e para a readequação do formulário do que para a elaboração de edital. E algumas questões levantadas para serem utilizadas como parâmetros, seriam o volume total de recursos que seriam aplicados por ano, valor mínimo e máximo de propostas, se o mesmo órgão poderia submeter mais de uma proposta, prazo de execução, entre outros pontos a serem analisados, e reforçou a importância da reformulação do formulário. O conselheiro Edmar Lopes (SEDECTI), comentou que uma coisa é a proposta completa e outra é para atender a regulamentação das licitações e de gastos público, onde o projeto segue o padrão de projeto básico das secretarias de governo, e que o formulário baseado no SISCONV parece atender aos critérios e pouca coisa precisaria ser alterada, como por exemplo ter a parte de valores melhor discriminada, para que não fiquem em aberto. Para concluir, lembrou do projeto do IPAAM que não foi recomendado por esta CT e que isso o deixou desconfortável por se tratar do órgão que possibilita a arrecadação de recursos para o FEMA. O coordenador acrescentou que outro ponto a ser pensado seria a divisão de rubrica por projeto, tendo como exemplo projetos que foram só para compra de equipamentos, ou definindo quanto pode ser gasto com mão-de-obra, etc. Sobre o formulário, podem colocar algumas questões como “Qual a relação do projeto com o FEMA?”, “O que ele irá promover com relação à conservação?”, para que no final possam fazer um compilado e apresentar efetivamente o resultado que os projetos aprovados pelo FEMA conseguiram dar com relação ao objetivo de criação dele. A conselheira Maria da Glória (UEA), com relação ao projeto do IPAAM, respondeu que precisam



pensar muito bem no que estão aprovando para que não tenham problemas com o Ministério Público, e por isso é necessário impor limites e definir parâmetros para os projetos e comentou que é preciso acompanhamento e análise dos projetos que estão em execução, inclusive com relação a parte técnica que verifique os produtos que deverão ser os resultados dos projetos, pois tudo precisa ser verificado para evitar problemas com a prestação de contas com o TCE. A assessora dos Colegiados, Glauce Tavares, respondeu que com relação ao projeto do IPAAM, deveriam fazer uma sugestão para que reajustem os valores dentro das diretrizes, pois é justo que ele seja beneficiado com seus projetos já que é o órgão que arrecada os recursos para o FEMA. Sobre os convênios dos projetos que estão em execução, informou que pela SEMA ela é a responsável pelo acompanhamento da execução dos projetos, mas essa atribuição também é do Comitê Gestor do FEMA. A conselheira Maria da Glória (UEA), respondeu que é preciso ter um manual de prestação de contas e uma equipe que cuide disso. O coordenador Eduardo perguntou quais são as instituições da sociedade civil que compõem o Comitê Gestor. A assessora dos Colegiados, respondeu que as instituições são o CNS, CREA/AM e FAEA. A conselheira Maria da Glória (UEA) respondeu que é necessário que tenham profissionais para acompanhar a parte técnica do projeto, assim como um contador. A assessora dos Colegiados, respondeu que essa parte financeira é acompanhada pela Assessoria Financeira da SEMA. E concordou com a necessidade de elaborar um manual para a prestação de contas. Para finalizar, o coordenador Eduardo Rizzo (SEPROR) pontuou os encaminhamentos da reunião: Fazer levantamento dos principais pontos para estabelecer critérios para os projetos; rever a destinação dos recursos; alteração da resolução do FEMA; versão editável no *Google Docs* para contribuições. A próxima reunião ficou agendada para o dia 18 de agosto de 2022, a ser realizada presencialmente na SEMA. Em não havendo mais manifestações, a reunião foi dada por encerrada.

Itens de Ação

Encaminhamentos da reunião (tarefas)	Responsável	Prazo final
Fazer levantamento dos principais pontos estabelecer os critérios para os projetos;		
Rever a destinação dos recursos;		
Alteração da resolução do FEMA;		





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Versão editável do google docs para contribuições;

Próxima Reunião

Data: 18/08/2022

Início: 09:00

Fim: 11:00

Local: Presencial na sala de reunião do 2º andar da SEMA.

